

A LUTA PELA REVOLUÇÃO MEXICANA

YAMAKAWA, Q. A. C.

ANDRADE, M.

SOUSA, N. M.

INTRODUÇÃO

Em 1910, para surpresa geral, o México foi sacudido pela primeira Revolução do século XX. Envolvendo todas as classes sociais numa guerra civil que levou a morte de 2 milhões de mexicanos; a etapa armada só se concluiu com a destruição dos Estados porfiristas e a construção de um novo Estado.

Se o início do processo a hegemonia pertence aos liberais, no desenrolar dos acontecimentos os camponeses deixam de ser simplesmente uma classe-apoio da burguesia, apresentando seu projeto de revolução. É esta singularidade que confere à Revolução Mexicana uma distinção radical em relação às numerosas lutas intra-oligárquicas, típicas da história da América Latina.

A derrota dos exércitos camponeses nos campos de batalha permitirá ao Estado manipular suas demandas e incorporar a mística de Villa e, sobretudo, Zapata ao projeto burguês de dominação. A especificidade dos vários movimentos revolucionários é diluída e surge uma nova burguesia pretensamente herdeira dos precursores e agentes da revolução. Este apagamento das diferenças e a realização de algumas reformas reivindicadas pelos dominados permitiram legitimar ideologicamente os novos donos do poder e preservar o regime político mais estável da América Latina neste século.

Perpassará os acontecimentos entre os anos de 1910, quando Francisco Madero lança o chamamento à derrubada armada da ditadura de Porfírio Díaz, até 1940, no momento em que Lázaro Cárdenas conclui o mandato com a realização de várias reformas que moldaram o perfil do atual Estado mexicano.

Da queda de Porfírio Díaz à ascensão de Álvaro Obregón à Presidência da República, o México viveu momentos que marcaram a história das lutas políticas na América Latina. O interesse pelo estudo da revolução vem desse período: nunca foram tão cristalinos as lutas de classes, os dilemas políticos e as contradições sociais.

O GOVERNO DE PORFIRIO DÍAZ

A questão agrária e os conflitos de classe advindos da luta pelo controle da terra estão presentes na história mexicana desde o período colonial perpassando o processo de independência que de 1810.

Meio século depois, com o movimento Reforma, quando os liberais assumem o poder com objetivo de lançar as bases de um capitalismo nacional com uma classe de pequenos proprietários, resulta em que as terras da Igreja e dos indígenas serão transformadas em propriedade privada, em mercadoria. Porém em vez dos pequenos proprietários de terras, são os especuladores que adquirem a terra, transformando-se em novos latifundiários.

Em 1876, Porfirio Díaz chegou ao poder, o processo de destruição das comunidades camponesas já estava avançando. Porém inicia a mudança no cenário. Entre os anos de 1893 e 1910, são expropriados cerca de 50 milhões hectares. Já no ano de 1910, menos de 5% das terras estavam nas mãos das comunidades ou dos pequenos proprietários.

O seu governo caracteriza-se pelo afluxo de capital estrangeiro, pela revolução nos meios de comunicação e transportes, especialmente as ferrovias, integrando a economia mexicana à divisão internacional do trabalho. A estabilidade política deve-se à incorporação de várias frações da classe dominante ao Estado, à aproximação com a Igreja, e a formação dos *rurales*, espécie de paramilitar formada por ex-bandidos e com autonomia para espalhar o terror nas comunidades.

Os camponeses dividem-se, fundamentalmente em duas categorias: o *peón acasillado* que residia permanentemente na fazenda, cultivava a terra do latifundiário ou cuidava do gado, realiza trabalhos de conservação sem nenhum pagamento suplementar e comprava na *tienda de raya* da fazenda os produtos indispensáveis para a sua sobrevivência, sempre por um preço mais alto que do mercado, e que era descontado quando do pagamento do salário.

Já o *peón de tarea* era um trabalhador eventual que durante um tempo limitado vende a sua força de trabalho em troca de um salário ou do direito de cultivar uma parcela de terra da fazenda. Residindo em uma aldeia perto da *hacienda*.

O México por ser dividido em três regiões: Região Norte, Centro e o Sul. A região norte é caracterizada pelas terras áridas, à distância e o isolamento econômico são suplementado pela construção de ferrovias e o desenvolvimento de irrigação. A população de 1910 concentra-se um pouco mais de 11%, poucos são os indígenas. A sua economia tem como base a mineração e a produção agropecuária e está sob forte influência do capital americano. A região do norte chega a controlar 1/8 da área total do México, concentrando-se a maioria das propriedades privadas.

Na região central concentravam-se os *peones acasillados*, formavam uma camada social muito próxima dos latifundiários. As fazendas não são tão extensas

como no norte, mas a região foi duramente atingida pelas leis agrárias porfiristas, devido ao grande número de comunidades camponesas.

A região sul, tem uma participação marginal no processo revolucionário, destacando pela escassez da força de trabalho pois o número de aldeias indígenas proprietárias de terras era maior do que na região central. O endividamento, como instrumento de controle dos camponeses, é comumente usado pelos latifundiários, reforçados pelo apoio do exército, dos *rurales* e das autoridades locais.

Díaz é reeleito em 1884, dando uma fachada constitucional à ditadura. Os Estados Unidos passam por uma crise econômica que traz sérios prejuízos à economia mexicana, principalmente devido à excessiva dependência dos mercados e investimentos americanos. Minas são fechadas, caem as vendas no comércio, aumenta o desemprego. A agricultura é atingida dos Estados Unidos, aumentando a tensão social, principalmente no campo.

Por causa da crise nas indústrias os operários das minas e da indústria têxtil, os principais setores da economia nacional, resulta em que o Partido Liberal e o grupo liderado por Ricardo Flores Magón se fortalecem, sendo e perseguido pela polícia política obrigando-os ao exílio nos Estados Unidos. Pregando o anarquismo e a queda de Porfirio do governo. Os principais levantes operários foram os de Cananeas em 1906 e de Rio Branco em 1907, são considerados os precursores da Revolução Mexicana. Nos movimentos as reivindicações são: jornada de 8 horas, igualdade salarial com os operários americanos, extinção das *tienda de raya*, direito de greve e salário mínimo. Reprimido pelo exército – no caso de Cananea com a colaboração de 275 *ranger* americanos, como elevado número de mortos, além da prisão dos líderes, algumas fontes informam que o Partido Liberal teve mil militantes presos e 500 mortos.

Com a proximidade do ano de 1910, quando realizariam eleições presidenciais, surgem diversas manifestações entre as classes dominantes que buscavam uma saída política para crise. Neste contexto é publicado *La sucesión presidencial* (1909). Por Francisco Madero, vindo de uma família tradicional de Coahuila. Durante a campanha eleitoral, Madero percorreu todo o México encontrando um terreno fértil para expor a plataforma política. Foi preso sob alegação de incitar rebeliões, sendo solto depois das eleições onde o ditador ganhou com quase a totalidade de votos. Solto, exilou nos Estados Unidos devido à perseguição política.

De San Antonio, no Texas, redigiu o Plano de San Luis Potosí, conclamando o povo a rebelar-se contra a ditadura. O plano declara nula a eleição presidencial e considera Madero o presidente legítimo, conseguindo também o apoio dos camponeses que haviam sido expropriados das suas terras.

Em 20 de novembro, começou a revolução mediante uma série de levantes em diferentes estados da República, chegando ao sul, onde a expropriação de terras das comunidades tinha elevado a tensão política a nível pré-insurrecional. A repressão dos latifundiários levou os camponeses a buscarem formas de resistência armada, pois os tribunais porfiristas estavam sob firme controle dos latifundiários.

Em Ayala, em 10 de março, liderados por Emiliano Zapata, líder camponês de Anenecuilco, inicia-se a rebelião de Morelos com a leitura pública do Plano de San Luis Potosí.

Já no norte, no final de 1910, Madero obtém o apoio de Pancho Villa, conhecido como bandido social da região. Conhecedor do terreno e de lutas armadas, Villa é convidado a se incorporar ao exército revolucionário com a patente de coronel, ainda com a promessa de Madero de perdoar seus crimes.

Depois de vários combates, Pancho Villa e Pascual Orozco desejam obter uma grande vitória e preparam o ataque a *Ciudad Juárez*, na fronteira dos Estados Unidos, contra a vontade de Madero. A tomada da cidade fronteiriça, feita por Villa e Orozco, única e grande vitória dos maderistas, aprofunda a crise do governo Díaz.

No dia 21 de maio, Madero assina os acordos de *Ciudad Juárez*, pelos quais Porfirio Díaz e Ramón Corral renunciam à Presidência da República, Francisco León de La Barra é nomeado presidente provisório e são convocadas as eleições gerais.

O GOVERNO MADERO

Em 6 de novembro, depois de vencer com facilidade as eleições presidenciais, Madero toma posse em meio ao aumento de tensões em Morelos, estado onde os camponeses não tinham deposto armas após o acordo de Ciudad Juárez.

Madero busca um acordo que levasse ao desarmamento dos camponeses para posteriormente, iniciar a resolução da questão agrária, o que não é aceito por Zapata, o líder camponês. Temendo que o governo não restituí-se as terras conquistadas dos latifundiários.

Frente ao descaso de Madero, os zapatistas divulgam o Plano de Ayala no dia 25 de novembro de 1911, denunciando o presidente como traidor e aliado dos latifundiários, desconhecendo-o como presidente da República.

Os zapatistas defendem a entrega imediata das terras usurpadas pelos latifundiários, a expropriação de 1/3 das terras dos *hacendados* e a nacionalização dos bens de todos os contra-revolucionários.

Para Madero, o programa agrário defende a criação da pequena propriedade sem despojar nenhum latifundiário. Considera que a revolução foi

realizada para reconquistar a liberdade e é no Parlamento que serão resolvidos os problemas da nação.

Durante seu governo, reprime greves, prende líderes operários, expulsa os estrangeiros, fecha a Casa Del Obrero Mundial (sindicato com influência anarquista) e mantém integrada a legislação antioperária porfirista.

Os fracassos das revoltas contra Madero, lideradas por Bernardo Reyes, Félix Díaz e Pascual Orozco, são demonstrações de iminente queda de Madero. Em 8 de fevereiro de 1913, com a ativa participação do embaixador americano, Henry Lane Wilson, na conspiração, são libertados da prisão Bernardo Reyes e Félix Díaz, que lideram o ataque ao Palácio Nacional, sede do governo. Reyes morre no ataque e com a complacência de Huerta, nomeado por Madero para debelar a revolta, os golpistas simulam 10 dias de combates que destroem parte da capital.

A 18 de fevereiro são presos Francisco Madero e Pino Suárez, vice-presidente da República. Quatro dias depois são fuzilados. Vários líderes maderistas são mortos; Huerta assume a liderança do golpe e inicia com um banho de sangue um governo ditatorial de 17 meses.

A morte de Madero abre uma nova etapa da revolução: a da ativa participação dos camponeses na luta política, agora não mais seguindo a vertente burguesa da revolução, como na fase maderista, mas defendendo suas próprias demandas através da força das armas e de seus líderes – Francisco Villa, no norte, e Emiliano Zapata, no Sul.

GOVERNO DE HUERTA

Em 19 de abril de 1913, Victoriano Huerta assumiu a Presidência e comunica a todos os governadores a sua nomeação, é aceito na maioria dos estados. Somente Venustiano Carranza, governador de Coahuila, que foi o único governador constitucional a não aceitar o ditador, reivindicou a liderança do movimento revolucionário.

Fugindo do exército, instala-se na fazenda de Guadalupe. Onde divulga um manifesto proclamando a resistência ao governo, nomeando o Primeiro-Chefe da revolução.

Na Guerra Civil, a participação dos camponeses liderados por Emiliano Zapata, com o Exército Libertador do Sul, e Pancho Villa, com a Divisão do Norte, é fundamental para destruir o exército federal e derrubar o ditador. Enquanto Zapata desenvolve um novo tipo de exército, no qual os camponeses são integrados sem perder as suas características peculiares a luta.

Villa e Zapata representam um projeto revolucionário radicalmente distinto de Carranza. São duas revoluções, dois mundos. Para os camponeses, a revolução era um caso de vida ou morte.

De fevereiro de 1913 a julho de 1914, quando Huerta renuncia e foge do país, os principais combates entre o exército federal e os revolucionários foram travados pela guerrilha Zapatista e a Divisão do Norte, que vence as batalhas de *Ciudad Juárez*.

Em agosto, a ala esquerda do constitucionalismo, formada, entre outros, pelos generais Álvaro Obregón e Luciano Blanco, promove um acordo com Villa, o chamado Pacto de *Torreón*, incorporando algumas demandas camponesas: convocação de uma convenção revolucionária para encaminhar um cronograma eleitoral (eleições presidenciais parlamentares, estaduais e municipais), programa para o futuro governo revolucionário, proibição de qualquer chefe revolucionário ser candidato às próximas eleições presidenciais, procurar o bem-estar dos operários e emancipar economicamente os camponeses, fazendo uma distribuição equitativa de terras.

Em 21 de setembro de 1914, Villa recusou-se a comparecer à reunião convocada por Carranza, os villistas formalizam o rompimento com o primeiro-chefe. Em 1º de outubro, é realizada uma convenção na capital do país, boicotada por villistas e zapatistas.

Em 30 de outubro, Carranza é destituído pela convenção, declarado rebelde, e Eulalio Gutiérrez é designado presidente interino da República. Villa é nomeado general-em-chefe dos exércitos revolucionários. O conflito entre a hegemonia as vertentes burguesas e camponesas vai sendo gradualmente transferido para a esfera política e a convenção e a oposição carranzistas para a esfera militar. A contradição entre as duas vertentes revolucionárias não poderia ser resolvida senão pela força das armas.

Carranza nomeia Obregón, comandante do exército constitucionalista. Abandonando a Cidade do México. Com a retirada dos constitucionalistas, os zapatistas avançam e ocupam a capital. A 4 de dezembro, em Xochimilco, ocorre o encontro histórico entre Villa e Zapata. Dois dias depois, a Divisão do Norte e o Exército Libertador do Sul entram na Cidade do México, simbolizando a unidade da vertente camponesa da revolução. Depois do desfile, entram no Palácio Nacional, e Villa e Zapata, um de cada vez, sentam na cadeira presidencial.

GOVERNO DE CARRANZA

Carranza volta e aproveita a inanização do governo convencionista e reforma o Plano de Guadalupe, incluindo as demandas sociais. Os carranzistas

visam ampliar as alianças de classe, isolando os villistas e os zapatistas. Carranza formaliza um acordo com a COM (Casa Del Obrero Mundial). Essa aliança permitiu ao primeiro ministro-chefe ampliar a sua base de sustentação política, impedindo a constituição de um sindicalismo independente e revolucionário e uma aliança operário-camponesa que impediria, ou, ao menos, dificultaria a vitória da burguesia. Assim, a aliança permitiu travestir o projeto burguês em um projeto de todo o povo mexicano.

O comandante das forças carranzistas dirige-se ao centro do país para se confrontar com a maior ameaça à hegemonia burguesia da revolução: a Divisão do Norte. A primeira batalha de Celaya (6 e 7 de abril) encontrou os exércitos villistas e carranzistas em igualdade de condições, o efetivo de cada exército era de aproximadamente 25 mil homens, a Divisão do Norte levava vantagem no armamentos, usava tática da Primeira Guerra Mundial, consegue conter o ataque das tropas villistas e passa à ofensiva.

A segunda derrota em Celaya, além de destruir grande parte da Divisão do Norte, acabou com o mito da invencibilidade de Villa. Os zapatistas são acusados de não terem cortado a rota que ligava os constitucionalistas ao porto de Veracruz, por onde receberam armamentos e munições nos momentos críticos dos dois combates de Celaya.

Após outras derrotas os villistas perdem o controle de várias praças e a Divisão desagrega-se, os zapatistas mantiveram-se alheios a estas batalhas, como se não estivesse sendo decidida a sorte da revolução.

Depois das derrotas de 1915, os camponeses não têm como resistir à burguesia revolucionária. Em Morelos, Zapata não consegue conter o avanço do general Pablo Gonzáles que destrói aldeias, assassina líderes comunitários, impondo o poder constitucionalista mediante o terror. Villa passa à luta guerrilheira, atrapalhando as tropas governamentais e ocupando simbolicamente as cidades do norte. Preocupado com a aproximação de Carranza e do governo americano, Villa resolve atacar uma cidade americana na fronteira, criando um incidente internacional que obrigaria Carranza a se posicionar contra os Estados Unidos.

A invasão de Columbus (Novo México), a primeira sofrida pelos Estados Unidos desde 1812, e ainda, realizada por latino-americanos, configurou-se intolerável para os americanos. Washington enviou 10 mil soldados para capturar Villa. Depois de 11 meses de procura incessante, a expedição comandada pelo general Pershing se retira do México sem atingir o seu objetivo.

Em Dezembro de 1917, instala-se em Querétaro o Congresso Constituinte encarregado de redigir uma nova Constituição. Ela reconhece o direito de as

comunidades solicitarem terras em quantidades suficientes para as suas necessidades. O cidadão proprietário o era por concessão da Nação, ou seja, do governo enquanto representante da nacionalidade.

Outro artigo fundamental é o 123: é o segundo em extensão. Consagra direitos com a jornada máxima de trabalho, descanso semanal, salário mínimo, participação dos lucros, direito de greve, etc. a Constituição trata também da educação, limita o poder da Igreja, estabelecendo um Estado forte, onde o presidente é um verdadeiro déspota durante o seu mandato.

No dia 1 de maio de 1917 Álvaro Obregón exercia a presidência da República. Discordam da contínua repressão aos movimentos populares, ainda mais quando Zapata é assassinado, em 1919, a mando do general Pablo González.

Nesse mesmo ano começou a campanha pela sucessão de Carranza e se apresentam dois generais, Álvaro Obregón e Pablo González, mas Carranza articula a candidatura de um civil, Ignacio Bonillas, desconhecido no México. A temperatura aumenta quando Obregón percorre o México divulgando sua plataforma. Surgem ameaças contra seus aliados, com o governador de Sonora, Adolfo de La Huerta. O exército apóia majoritariamente Obregón, herói das batalhas de Celaya.

Em 9 de abril, De la Huerta, rompe relações com o governo central e conclama o povo para derrubar o presidente, através do Plano de *Agua Prieta*. Abandonado pelo exército Carranza foge para o porto e é assassinado em 1914. Adolfo de la Huerta é eleito presidente interino pela Câmara dos Deputados e cumpre o restante do mandato.

A ÉPOCA DOS CAUDILHOS

Os anos 1920-1928 são caracterizados pela instabilidade política: o governo central oscila entre o apoio aos caudilhos regionais e as medidas de centralização administrativa. Momento de transição ente a fase armada da revolução e as reformas dos anos 30, neste período o Estado lança as bases das alianças de classes com o campesinato e o proletariado e enfrenta a última instituição do antigo regime: a Igreja Católica.

GOVERNO DE ÁLVARO OBREGÓN

Em 4 de dezembro de 1920, depois de cumprir o ritual eleitoral, Álvaro Obregón tomou posse como presidente da República. Necessita, como nunca, de pacificar o país depois de 10 anos de guerra civil.

Iniciando uma tradição que se manteve durante 50 anos, Obregón se aproxima dos setores populares: cooptou lideranças, institucionalizou demandas populares e lançou as bases do México moderno.

Hábil político, não teme proclamar-se socialista, embora defensor de uma agricultura capitalista, mostra-se favorável aos programas de alfabetização em massas nacionalistas. Move-se com extrema segurança no terreno pantanoso do discurso ideológico, não teme as lutas de classes, reconhece as contradições do capitalismo e busca diminuir os seus efeitos através da ação do Estado.

Obregón incorporou os chefes guerrilheiros zapatistas ao exército nacional, os intelectuais radicais aos ministérios da Agricultura e da Educação perseguem o general Pablo Gonzáles, mandante do assassinato de Emiliano Zapata, que, posteriormente é fuzilado. A domesticação política dos zapatistas permite ao governo assumir a bandeira do agrarismo como se Obregón fosse um continuador de Zapata. Ao mesmo tempo busca também apoio do movimento operário organizado, tendo na *Confederación Regional Obrera Mexicana (CROM)* um importante aliado. Com o apoio do governo chega arregimentar 1 milhão de trabalhadores, transformado-se na maior central sindical da América Latina.

Em busca da estabilidade econômica e política, o governo inicia um programa de desmobilização do exército. Milhares de soldados e chefes dão baixas, são criadas colônias militares para os veteranos visando facilitar o retorno à vida civil. Diminui o poder dos generais comandantes das regiões militares.

Dependente do apoio dos caudilhos regionais, a maioria formada por generais, e dos comandantes das regiões militares para se manter no poder.

Obregón sofre as pressões diplomáticas dos Estados Unidos, que só reconhece o governo em 31 de agosto de 1923. Os Estados Unidos mantinham a sua influência econômica no México em troca do apoio diplomático ao governo.

Quando se aproxima a sucessão, vários candidatos se apresentam elevando a tensão política, Plutarco Elias Calles é o candidato da preferência do presidente, mas encontro resistência no exército.

Adolfo de La Huerta, ex-presidente interino, é lançado candidato da oposição para enfrentar Calles. Muito antes das eleições, seus partidários resolvem iniciar uma revolta para derrubar o presidente. De novembro de 1923 a março de 1924 desenvolveram-se os combates, mas, apesar da inferioridade militar, à mobilização de milhares de camponeses, à descoordenação política e militar dos adversários e ao apoio diplomático e militar do norte-americano.

Obregón extermina os opositores no exército – algumas informações indicam que centenas de oficiais foram mortos, elimina antigos rivais e fortalece o caminho para a eleição de Calles.

GOVERNO DE CALLES

Graças a uma situação política favorável inicia a reforma do Estado. Cria o Banco do México, renegocia a dívida pública, melhora as vias de transporte, funda o Banco Nacional de Crédito Agrícola, mantém relações amigáveis com os Estados Unidos e estabelece relações diplomáticas com a União Soviética. São feitas tentativas de profissionalizar o exército, diminuindo o número de oficiais, criando regiões militares, fundando o Colégio Militar e adestrando melhor a tropa.

Ao contrário de Obregón, afasta-se dos antigos zapatista e apóia a CROM. Nomeia Luis Morones ministro da Indústria, Comércio e Trabalho. Morones acaba se transformando no homem forte do governo. Rico, poderoso, anticomunista, associa-se à *American Federation Labour* (AFL). Isola os comunistas e anarquistas do movimento sindical.

No governo, Calles resolveu enfrentar a Igreja, única instituição do antigo regime que se mantinha intacta. A 10 de julho de 1928, Álvaro Obregón ocorrer em dezembro, mas 17 de julho, em banquete comemorativo de sua vitória, foi assassinado por José León Toral, fanático católico. Ironicamente, Obregón estava nos bastidores negociando com a Igreja o término dos conflitos.

A respeito desse assassinato, em informação oral, Pedro Medina Calderón, informou que as atuais investigações no México apontam para Plutarco Elias Calles como mandante do assassinato.

Aumenta a crise política na ausência de um sucessor à Presidência. Calles toma iniciativa e negocia uma saída institucional. Em 1 de setembro de 1928, afirma ter terminado a época dos caudilhos, e que o momento impõe a necessidade de institucionalizar a revolução. Reconhecido como o único chefe da revolução – o que era rigorosamente verdadeiro, pois, era o único líder sobrevivente-, indica o obregonista e agrarista Emilio Portes Gil, ex-governador de Tamaulipas, como presidente interino até a convocação de novas eleições presidenciais.

A REFORMA AGRÁRIA

Nos anos 20, a reforma agrária se converteu em um instrumento do Estado para manipular as demandas camponesas. Enriquecidos, os generais revolucionários, proprietários de latifundiários expropriados dos inimigos da revolução e que não foram entregues aos camponeses, buscam por todo os meios frear as reivindicações agraristas, pois uma reforma agrária radical atingira também as suas terras.

O governo possuía o monopólio legal da concessão das terras, origem do seu poder, e controle das massas camponesas. Até 1930 tinham sido distribuídos aproximadamente 5,9 milhões de hectares, cerca de 3% da superfície do país, e a maior parte nas regiões atingidas pelas rebeliões militares.

Nesse período, é predominante a idéia de que o *ejido* deveria servir não para a independência econômica do camponês, mas como complemento do salário que recebia na *hacienda*.

Nas regiões de marcante influência católica, a ação da Igreja transforma a partilha das terras em pecado mortal, pois "acreditava-se que só havia duas maneiras morais e dignas de obter terras: por compra ou por herança".

A GUERRA CONTRA OS CRISTEROS

Desde a promulgação da Constituição de 1917, aumentam os atritos entre Igreja Católica e Estado, limitando a ação do clero. A proibição de atividades políticas, os controles dos bens eclesiásticos, os obstáculos às escolas confessionais e as limitações aos cultos, transformaram a Igreja no maior adversário do regime. Com secular tradição, solidamente enraizada entre a população, principalmente no campo, e com enorme prestígio adquirido durante o período colonial, quando defende os indígenas da exploração dos conquistadores, a Igreja era uma instituição estruturada em todo o país. O padre; antes de qualquer funcionário governamental, era o interlocutor da comunidade e intérprete das informações sobre o que estava ocorrendo no mundo. Calles, identificado com o setor anticlerical da revolução.

Em 1926, a tensão chegou ao clímax. A constituição proíbe aos padres intervir nos assuntos políticos e os ensinamentos religiosos nas escolas públicas. O convento e as ordens monásticas são dissolvidos. As celebrações das cerimônias religiosas somente poderiam ocorrer dentro dos templos e os sacerdotes só poderiam estar paramentados no interior das igrejas. Todos os bens da Igreja (Templo, conventos, escolas, etc.) passam a ser propriedade do Estado e é proibido o exercício do sacerdócio por parte de estrangeiros.

Através da revolta dos fiéis contra o governo foi fundada a Liga Nacional de Defesa da Liberdade Religiosa (LDLR), que resolve um boicote econômico ao governo enquanto não fossem revogadas as leis anticlericais. São vedados os jornais, restrição a compras, ao consumo de energia, não comparecer às diversões públicas e as escolas laicas seriam boicotadas pelos católicos. A guerra começou no campo, apesar da liderança da LNLR ser fundamentalmente urbana. Os revoltosos eram chamados de *cristeros*, esses guerrilheiros chegavam a ter 20 mil homens, algumas fontes citam 50 mil homens. Com dificuldade de debelar o movimento, o governo mobilizou o exército e as milícias camponesas. O governo ataca e queima os povoados, seqüestra e fuzila supostos líderes comunitários *cristeros*, concentra a

população camponesa em aldeias especiais sob a vigilância de soldados, impondo o terror na região conflagrada.

Depois de três meses de guerra, o governo e a Igreja chegam a um acordo. As igrejas foram reabertas, os camponeses *cristeros* são obrigados a desarmar e o anticlericalismo oficial foi substituído por uma política de convivência pacífica. Os católicos aceitaram a Constituição e o governo agiu moderadamente na sua aplicação. A *Cristiada*, como também foi chamada essa guerra, foi acontecimento singular na história camponesa mexicana. Conjunturalmente, os camponeses estão associados aos latifundiários e à Igreja, os maiores inimigos da revolução, apesar das contradições existentes.

A EDUCAÇÃO

Antes dos anos 20, a educação estava reservada fundamentalmente à burguesia e à classe média. No campo quase inexistiam escolas e o analfabetismo atingia 80% da população. Apesar das escolas oficiais, a maior parte do ensino era monopolizada pela Igreja.

A criação da Secretaria de Educação Pública (SEP), em 1921, tinha como objetivo “salvar as crianças, educar os jovens, redimir os índios, ilustrar a todos e difundir uma cultura generosa e enaltecadora, não de casta, mas de todos os homens”.

A alma da SEP é José Vasconcelos – educador, filósofo, polemista brilhante, nomeado por Obregón para a reitoria a Universidade Nacional de México, e posteriormente, para ministro da Educação. Vasconcelos transforma a educação no instrumento indispensável para cidadania. Nacionalista, considera que deveria ser ensinado não só o patriotismo ao México, “senão o patriotismo à América Latina, um vasto continente aberto a todas as raças e a todas as cores de pele”. Defensor da mestiçagem se opunha à tradição porfirista que desprezava o indígena.

Milhares de livros foram entregues às comunidades e, como dizia Daniel Cosío Villegas, fundar uma biblioteca num pequeno povoado é tão distante quanto erguer uma igreja. Jovens intelectuais são convocados para essa cruzada moderna.

É um período de otimismo, onde os intelectuais mesclam suas teorias filosóficas com uma representação idealizada do povo e da revolução. Vasconcelos adota os princípios do educador americano John Dewey, da escola ativa, adaptada ao meio, à comunidade.

Durante o governo de Calles intensifica o conflito com os setores tradicionais dos povoados – latifundiários e padres, principalmente temerosos da influência crescente do professores. Muitos são assassinados, outros são expulsos

dos povoados. O professor deixa de ser um agente da transformação social e reduz sua ação a campanhas contra o alcoolismo e o jogo.

MURALISMO

Convidado por José Vasconcelos, Diego Rivera, recém chegado da França, começa a pintar os primeiros murais no prédio da SEP, no centro de México. Mais do que cenas de trabalho, festas e costumes do povo, recomendados por Vasconcelos, Rivera revoluciona os conceitos de arte.

A maioria dos muralistas era filiada ou sofria influência do Partido Comunista Mexicano. Criticavam pinturas acadêmicas e se consideravam herdeiros da tradição indígenas.

Criticados pela imprensa que considerava degradante para o país a representação de índios, mestiços e operários, a "escória da sociedade", pressionados pelo governo e tendo murais apagados pelos estudantes, os muralistas só foram reconhecidos anos depois.

O MAXIMATO

Nos anos de 1928 a 1934, nesses seis anos o México viverá à sombra de Calles, designado chefe máximo da revolução, depois do desaparecimento de Álvaro Obregón o último grande líder. Como estava impedido de assumir diretamente o poder, Calles manipulava os três poderes. Nesses anos, o México vive sérios problemas econômicos, alguns da crise mundial de 1929, outros produtos da indefinição revolucionária quanto ao tipo de Estado que deveria estar organizado a fim de substituir o antigo regime porfirista. Certamente, a grande realização do período foi a criação do partido oficial, o Partido Nacional Revolucionário (PNR).

GOVERNO PORTES GIL

O presidente não permitiu que nenhum general se apresentasse candidato, o que permite a Emilio Portes Gil, ex-governador de Tamaulipas, ser lançado como candidato. Uma das principais características do governo de Gil foi à intensificação da reforma agrária. O agrarismo governamental teve um objetivo político. Ouve confronto com generais. Gil autoriza a formação de camponeses armados, precavendo contra uma revolta militar.

O general Jose G. Escobar inicia uma revolta para depor Portes Gil, o governo americano forneceu armas e munições para os rebeldes, fornecia aviões, fuzis, metralhadoras e munições ao governo, a nomeação de Calles como ministro da Guerra e o apoio de camponeses armados.

O GOVERNO ORTIZ RUBIO: O MAXIMATO EM AÇÃO

Os efeitos da crise de 1929 marcaram o governo de Ortiz Rubio, mas não se fizeram sentir como nos outros países latino-americanos – Brasil, Argentina, Chile, Peru, entre outros. Com a recomendação das forças sociais ocorrida graças à revolução de 1910 e como a maior parte da população vivia no campo dedicando-se à agricultura tradicional foi possível absorver relativamente o impacto. A situação vai ser agravar entre os anos de 1930-1932 com o retorno de 300 mil mexicanos que estavam nos Estados Unidos.

O CARDENISMO E O ESTADO MEXICANO

Os anos 1934-1940 representam o enfrentamento vitorioso de várias questões que, desde 1910, eram postergadas: reforma agrária, legislação social, organização sindical, modernização do Estado, reformas na educação, nacionalização do petróleo, ampliação das bases sociais do partido oficial. Cárdenas percebeu que a institucionalização da revolução passava necessariamente por um novo pacto do Estado com as classes dominadas.

Com a benção do chefe máximo, Cárdenas chega à convenção do PNR tendo de enfrentar a candidatura de Manuel Perez Treviño, articulada pelos setores conservadores da família revolucionária.

Em julho de 1934, depois de percorrer os estados do México divulgando o seu plano de governo, são realizadas as eleições. Cárdenas é eleito com aproximadamente 2,2 milhões de votos, enquanto seus oponentes receberam aproximadamente 41 mil votos.

Assumiu a presidência em 1 de dezembro e nomeia um ministério identificado com o chefe máximo, inclusive com a participação de Rodolfo Calles como ministro das Comunicações.

Cárdenas atrai para o governo vários militares que estavam em disponibilidade, antigos villistas, zapatistas e carranzistas, nomeia Manuel Ávilla Camacho vice-presidente da Guerra.

Cárdenas não reprimiu os movimentos grevistas que se intensificaram desde o início de 1934, em grande parte devido aos baixos salários, ao descumprimento da legislação trabalhista e ao desemprego.

Insatisfeito com os rumos do governo, Calles inicia uma ofensiva política para desmoralizar o presidente e submetê-lo aos seus ditames. Ausente da capital desde a posse de Cárdenas, retorna a 11 de junho de 1935, com declarações bombásticas atacando o governo, particularmente a onda grevista. Elogia a

Alemanha nazista e a Itália fascista como exemplos de ordem e tranquilidade social.

Cárdenas cria o Comitê Nacional de Defesa Proletária (CNDP), que organiza grandes manifestações e consolida a política independente do presidente. O CNDP transforma em poderoso aliado de Cárdenas e convoca em fevereiro de 1936 um congresso para selar a unidade operária. Isolado, Calles opta por sair do México, pois não encontra aliados de peso para enfrentar Cárdenas. Seis meses depois retorna à capital e é recebido com manifestações de protesto. Em 10 de abril de 1936, Calles é expulso do país, coincidentemente no 17 aniversário da morte de Emiliano Zapata.

Durante o governo de Cárdenas, o campo mexicano passou por numerosas transformações: foram distribuídos 17,8 milhões de hectares, mais que o dobro do período 1915-1934.

A radicalidade do agrarismo cardenista reside no cumprimento das disposições legais e no enfrentamento político dos *hacendados*. Para os camponeses, a reforma agrária transformou-os pela primeira vez, em cidadãos mas os mecanismos de controle econômico-político (Confederación Nacional Campesina (CNC), Banco Nacional de Crédito Ejidal, comissários, etc.) retiraram-lhes o direito à cidadania plena.

O latifundiário foi substituído pelo chefe político local e o excedente econômico não é mais apropriado pelo patrão ausenteísta, mas por funcionários da burocracia estatal.

Desde 1935, Cárdenas insiste na necessidade de criar uma central camponesa que unificasse nacionalmente as ligas de comunidades, fosse o interlocutor das reivindicações agraristas e ocupasse o espaço político deixado pelos latifundiários nas comunidades.

Em agosto de 1938 foi fundada a *Confederación Nacional Campesina* (CNC), na Cidade do México, por 300 delegados representando ligas e sindicatos de todo o país, num total de 3 milhões de camponeses. Caberia à CNC impedir que os camponeses entrassem em luta com as autoridades, manter a harmonia e cooperação com o governo, disciplinar as ligas. A CNC transforma-se em instrumento privilegiado para o controle das massas camponesas, pois qualquer solicitação de terra, Créditos ou benfeitoria, teria de passar pela confederação para obter êxito. Burocratizando as reivindicações, profissionalizando os representantes e nomeados os ocupantes dos cargos diretivos, a CNC congela o potencial revolucionário dos camponeses.

Depois da criação da *Conderación de Trabajadores Mexicanos* (CTM) e da *Confederación Nacional Campesina* (CNC), o governo estabelece como prioridade a

transformação do PNR em novo partido, mais amplo e com um ideário adequado às transformações produzidas no cardenismo. Em 30 de março de 1938 é criado oficialmente o Partido da Revolucionário Mexicana (PRM) formado por quatro setores: operário, camponês, popular e militar, representando mais de 4 milhões de membros (o PNR arregimentara menos de 1 milhão).

A exploração do petróleo mexicano era realizada fundamentalmente por empresas americanas e inglesas. O controle do Estado desses recursos era mínimo, no máximo eram recolhidos impostos sobre a exportação.

O governo americano intensifica as pressões econômicas e políticas, capitais são retirados do México. Ante o dilema de aceitar as exigências estrangeiras ou acatar as demandas dos operários, Cárdenas resolve, em 18 de março de 1938, expropriar as companhias petrolíferas. A indenização seria paga em dez anos com as exportações de petróleo. A pressão imperialista chega ao máximo: boicotam a compra de petróleo americano, não vendem equipamentos para a extração de petróleo, acusam o governo de "fascista", quando meses antes fora tachado como comunista.

A radicalidade do nacionalismo cardenista reside no enfrentamento de questões históricas que estavam sendo postergadas há décadas. Readquirir o controle do petróleo significa fortalecer o processo interno de acumulação de capitais, que, em última instância, beneficiará a burguesia nacional.

Em 1938, com a expropriação petrolífera, Cárdenas chega ao limite da política de reformas. Dar um passo adiante significaria a perda do apoio da burocracia governamental e do exército. É provável que o próprio presidente tenha considerado necessário encerrar as nacionalizações e diminuir a intensidade da reforma agrária, pois poderia perder o controle do processo e, ao invés de consolidar o novo Estado, desencadearia uma nova etapa da revolução, com resultados incertos.

Desde então, despontam três candidatos oficiais: Francisco Múrgica era esquerdista, Juan Andrew Almazán era representante da nova burguesia enriquecida pela revolução e Manuel Ávila Camacho ministro da Guerra.

Para o cardenismo, é fundamental manter a estabilidade política obtida pela política reformista, que impede a eclosão de levantes conservadores e controla as organizações populares obstaculizando às reivindicações contra a ordem capitalista.

Apesar de uma campanha eleitoral acirrada, Almazán recebeu 15 mil votos e o candidato oficial 2,4 milhões. Em 1 de dezembro, Lázaro Cárdenas transferiu a Presidência da República a Manuel Ávila Camacho, mas guardou para si a memória da Revolução Mexicana.

Bibliografia

Arquivo fotográfico Casasola: www.sinafo.inah.gob.mx/fototeca/casasola.html

BUSTOS, Rodolfo Bórquez (org.). **Revolução Mexicana: antecedentes, desenvolvimento, consequências.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CAMÍN, Héctor Aguilar. MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989.* São Paulo – SP, EdUSP, 2000.

CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas.*

CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana – la formación del nuevo régimen.* México – DF, Editora Era. Primeira Edição: 1973.

FUENTES, Carlos. *O Espelho Enterrado.* Rio de Janeiro: Rocco, 2001. ps. 316-317;328-329.

GALEANO, Eduardo. *Espejos.* Madrid: siglo XXI, 2008.

GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida – México, 1910 –1920: una guerra campesina por la tierra y el poder.* México – DF, Editora El Caballito. Primeira edição: 1971.

Jorge Castañeda.

PAZ, Octavio. **O labirinto da solidão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RUIZ, Ramón Eduardo. *México: La Gran Rebelión – 1905/1924.* México – DF, Editora Era. Primeira edição em Inglês: 1980.

SILVA, Rafael Pavani. **Combates pelo passado.** Vitória: ANPHLAC, 2008.

VILLA, Marco Antonio. **A Revolução Mexicana.** São Paulo: Ática, 1993.

VILLA, Marco Antônio. **A revolução mexicana: 1910-1940.** São Paulo: Ática, 1993.